



## PODER SIMBÓLICO E CATOLICISMO AO LONGO DA HISTÓRIA (1500-1950)

Ivana Teixeira Silveira<sup>1</sup>

### INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da nossa pesquisa intitulada, “As Várias Faces da Ação Pastoral Católica dos PPFs (Programas Pastorais Católicos da Área de Família) em Vitória da Conquista/BA”. Trata-se dos nossos estudos relacionados à etapa de pesquisa bibliográfica, em torno da categoria “ação pastoral católica”. É um texto histórico, no qual analisamos esta categoria em três fases: Brasil Colonial, Brasil Império e Brasil dos anos 50 do século XX.

### METODOLOGIA

Não é um texto exclusivamente histórico-narrativo, é também histórico- analítico porque, além de mostrarmos a trajetória da prática católica (“ação pastoral católica”) ao longo do tempo, também construímos um debate com a categoria do “poder simbólico” da Sociologia de Pierre Bourdieu. O autor destaca quatro indutos do poder simbólico no campo da religião: 1) é necessário que se tenha um corpo de produtores especializados em discursos; 2) um corpo de produtores de ritos religiosos; 3) um progresso na divisão do trabalho religioso; 4) e mais a consequente hierarquia do clero sobre o leigo (Cf. Bourdieu, 1989).

O poder simbólico não é estabelecido por armas, a força. Uma instituição ou um grupo que detém o poder simbólico possui uma série de instrumentos que são mais ideológicos, do que propriamente materiais. O discurso, códigos de conduta, formas de julgamento são alguns instrumentos possuídos por quem detém este tipo de poder. Também é um poder que legitima a dominação de uma classe sobre outra.

<sup>1</sup> Mestra em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas, na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Membro do Museu Pedagógico da UESB. Endereço eletrônico: ivatsl@hotmail.com



O poder simbólico impregna uma homogeneização da realidade frente aos vários segmentos sociais: *“estabelece uma ordem gnoseológica: uma concepção homogênea do tempo, do espaço, do número, da causa, que torna possível a concordância entre as inteligências”*. Assim, a instância social que é requerente do poder simbólico consolida todo um empenho em prol de estabelecer seu próprio *“consensus”* acerca do sentido, por ela defendido, do mundo social (BOURDIEU, 1989, pág. 9).

A Igreja Católica (IC) foi e é uma instituição que conseguiu preservar ao longo dos tempos o seu poder simbólico. Isto porque a IC construiu, desconstruiu e reconstruiu toda uma ordem de ideologias, discursos, ritos, trabalhos que foi se adaptando, conforme as demandas de cada tempo histórico. Cabe esclarecer que, a IC contém princípios doutrinários que não mudam, a exemplo dos dogmas. Mas isto não descaracteriza as mudanças processuais do seu poder simbólico, ao longo dos tempos. É o que pretendemos mostrar com o presente trabalho.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A primeira etapa história trabalhada é a dos tempos coloniais. Inicialmente, um dos indutos do poder simbólico que se destaca é o designado *“corpo de produtores especializados em discursos”* Hoornaert (1992) faz a seguinte análise: *“não pode amar a Deus quem não ama o seu legítimo soberano. Um bom cristão não pode ser mau cidadão, mas é mau cidadão aquele que, não se conformando com os preceitos de sua religião, dá ouvidos à inquieta, turbulenta voz da rebelião que arrasta após de si todos os vícios, horrores e desordens, além de desafiar toda a cólera da divindade”* (HOORNAERT, 1992, p.14).

Portanto, a ação pastoral do período colonial pôs em evidência o sistema de dominação simbólica da IC (Igreja Católica), em virtude da impregnação de um discurso que procurou dar aos colonos um ‘sentido’ específico de mundo. O sentido do discurso impregnava a seguinte ideologia: Não se pode ser um bom católico, quem não é um bom cidadão. O bom cidadão tem que se afastar da rebelião, desordem, etc. Este foi um forte induto do poder simbólico, presente na época colonial, mediante o qual torna-se possível considerar essa época como a de uma *“piedade devocional privada”*, segundo Mott (1997).

Podemos dizer que, o poder simbólico da IC nesta época colonial acompanhou o que Luiz Mott (1997) designa como *“piedade devocional privada”*. A atuação do poder simbólico da IC firmou-se no espaço familiar privado e isto em muito se deve ao fato de



que, “os centros urbanos eram raros e com débil tradição associativa, as ruas eram inóspitas pela muita poeira no verão e pela lama na estação chuvosa, as praças ameaçadoras pela presença inesperada de animais selvagens, índios e negros indômitos. Assim, muitas das celebrações religiosas que no Velho Mundo tinham lugar ao ar livre, na América portuguesa ou foram abandonadas ou tiveram de se transferir para dentro dos templos ou, ainda, ficar restrita à celebração doméstica” (Op cit., págs. 160/161).

A segunda etapa histórica foi a do Brasil Império e República Velha, onde, tanto o Estado como a IC, tinham interesse em conquistar e manter diante da sociedade o seu poder simbólico. Pelo lado da IC, havia o interesse em não perder todo o manancial cultural conquistado ao longo dos séculos; pelo lado do Estado, este se deparou ante o seguinte desafio: edificar a independência do seu poder simbólico frente a IC, através da exclusividade do comando político das instâncias governamentais, tais como o Parlamento, precisamente na criação e na decretação de Leis.

A disputa do Estado pela exclusividade na direção instâncias governamentais foi longa, a começar pelo fato de que, o padroado ainda continuava, mesmo após a extinção do sistema colonial. Bruneau (1974) assinala que, após a independência do Brasil, a carta política do Império declarou o catolicismo como a religião oficial e o Imperador tornou-se a primeira autoridade eclesiástica do País.

Com a proclamação da República, o Estado rompe definitivamente com a IC, pondo fim ao regime do padroado. O catolicismo deixava de ser a religião oficial do Estado, cabendo, então, o direito à liberdade para com as outras práticas religiosas.

Quanto à terceira etapa histórica do Pós-Guerra, Mariae (1994) destaca que o panorama internacional para o Brasil, mais precisamente no Governo JK, foi um verdadeiro ‘virar de página’ para a anterior orientação herdada de Getúlio Vargas, sobretudo frente aos empreendimentos de uma industrialização sob o controle do Estado. JK edificou na história do Brasil uma verdadeira política de ‘abrir as portas’ para as forças econômicas internacionais.

Neste quadro de reestruturação dos laços com o capitalismo internacional, foi então elaborado o Estatuto da Terra (1964), destinado a acelerar a “modernização” do campo. O país conseguia a ‘proeza’ de tornar-se, ao mesmo tempo, o segundo exportador mundial de produtos agrícolas, às custas de ter, praticamente, metade de sua população passando fome e sofrendo de desnutrição.

Em meio a estes acontecimentos, partidos e movimentos de esquerda voltados quase que inteiramente para a classe operária, começam a atuar no campo. Foi aí que a IC refez o seu “corpo de produtores especializados em discursos”: ela começa a encabeçar



uma luta com os movimentos sociais e a co-participar dos debates em favor do homem do campo.

Também para ratificar o seu poder simbólico outro eixo que se destaca é o “progresso na divisão do trabalho religioso”. Trata-se da implementação no Nordeste, de uma série de atividades pastorais, voltadas para os segmentos da pobreza no campo. Merece destaque inicial o designado “Movimento de Natal”, criado nos anos de 1940, por iniciativa do então arcebispo de Natal, Dom Eugenio Sales, voltado para a área de alfabetização e educação de base.

Outro grupo que merece destaque é a Ação Católica criada nos anos 30, porém, não se firmou somente nos segmentos populares, e sim, por entre grupos de lideranças, tanto das camadas altas da sociedade, como da hierarquia eclesiástica. Na década de 50, a Ação Católica passa a se chamar ACE (Ação Católica Especializada).

A ACE deixou de existir na época da Ditadura Militar, porém ela serviu de inspiração para a criação de grupos pastorais que vigoram até hoje como é o caso das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e da Pastoral da Juventude. Vale considerar que, estes dois grupos de ação pastoral (o MEB e a ACE) são apenas alguns exemplos, mas que de modo algum descaracterizam a importância de tantos outros, como é o exemplo da própria CEBs.

## CONCLUSÃO

Analisamos três fases históricas, mediante os quais podemos delimitar distintas arestas de concretização do poder simbólico da Igreja Católica (IC).

Quanto à fase inicial do Brasil Colônia, a atuação do poder simbólico da IC foi estabelecida sobretudo na esfera doméstica. Esta seguridade do capital simbólico católico partiu sobretudo em face de que, a IC foi uma grande aliada do Estado na conquista da Colônia. Então é muito importante as considerações de Hoornaert (1992), em que o trabalho religioso católico foi todo voltado à impregnação de um discurso em forma de lei: o padre, como um “homem da lei” e a igreja, como uma “organização jurídica”, sobretudo por parte do fiel, em torno do seu capital de salvação no pós-morte.

As fases do Brasil Império e República Velha foram de uma aparente “crise” do poder simbólico da IC. No entanto, podemos observar que, o poder simbólico da IC não foi algo que se estabeleceu a forças.



Foi um período de disputa do Estado pela exclusividade do seu poder simbólico, junto as instâncias governamentais: o jogo do argumento, do discurso, o controle das leis foram as grandes armas do Estado, inclusive o Catolicismo deixava de ser a religião oficial.

Quanto à fase dos Anos 50 do século XX, observamos uma abrupta mudança da “piedade devocional privada” para a “piedade devocional pública”, militante. Este foi o novo feitio da prática religiosa do catolicismo. Certamente houve inovações em todos os indutos do poder simbólico: no discurso, nos ritos religiosos, na divisão do trabalho religioso e na hierarquização do clero sobre o leigo.

A criação de novos grupos de ação pastoral representa muito bem isto. Além do mais, a busca do diálogo com a secularização do Estado e com o discurso do ecumenismo mostram que, estas foram as estratégias utilizadas pela IC na seguridade do seu poder simbólico.

**Palavras-chave:** História. Sociologia. Ação Pastoral Católica. Poder Simbólico.

## REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S/A, , 1989.

BRUNEAU, Thomas C. **Catolicismo Brasileiro em Época de Transição**. São Paulo: Edições Loyola, 1974.

HOORNAERT, Eduardo et alli. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: (RJ): Vozes, Tomo II/1, 1992.

HOORNAERT, Eduardo et alli. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: (RJ): Vozes, Tomo II/2, 1992.

MARIAE, Servus. **Para Entender a Igreja no Brasil: A Caminhada que culminou no Vaticano II (1930-1968)**. Petrópolis (Rio de Janeiro): Editora Vozes, 1994.

MOTT, Luiz. Cotidiano e Vivência Religiosa: Entre a Capela e o Calundu. In. **História da vida privada no Brasil: Cotidiano e Vida Privada na América Portuguesa**. SOUZA, Laura de Mello & NOVAIS, Fernando A. (Orgs). São Paulo: Companhia das Letras, 1997.